

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2539/2025.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2025.

Processo nº 0826618-07.2025.8.19.0021,
ajuizado por

Trata-se de demanda judicial, cujo pleito se refere aos produtos **Neurogan Extrato Full Spectrum CBD + CBG 2000 mg, Neurogan CBD Balm Full Spectrum - 4000mg/58,6 g, Neurogan CBD Roll on Full Spectrum - 60,1mg/ml - 65,2g**. Em síntese o Autor, 83 anos de idade, apresenta o diagnóstico de Doença de Alzheimer + Osteoporose Cervicobraquialgia + Lombociatalgia crônica+ Depressão(G30.0 M50.1 M54.4 F32.2 M81.1) apresenta **quadro de dor crônica**, apresentando piora da sintomatologia, progressivamente, não respondendo aos tratamentos medicamentosos convencionais, tais como analgésicos, anti-inflamatórios, opioides e ansiolíticos e se encontra atualmente, impossibilitado de exercer suas funções cotidianas e em depressão. Com o uso do referido óleo, a paciente apresentou melhora da sintomatologia dolorosa. Foi prescrito o tratamento com os produtos **Neurogan Extrato Full Spectrum CBD + CBG 2000 mg, Neurogan CBD Balm Full Spectrum - 4000mg/58,6 g, Neurogan CBD Roll on Full Spectrum - 60,1mg/ml - 65,2g** (Num. 198103411 - Pág. 1 e Num. 198103412 - Pág. 1)

Com o objetivo de avaliar o uso do **canabidiol** no manejo da **dor crônica** considera-se que uma busca na literatura científica permite identificar e qualificar os trabalhos para o tema em questão.

De acordo com posicionamento da Academia Brasileira de Neurologia, a evidência para o uso rotineiro de canabinoides na **dor crônica** ainda é limitada. Em algumas síndromes dolorosas, como a dor neuropática periférica, as evidências vão contra a sua eficácia, especialmente considerando um grande número de tratamentos de primeira, segunda e terceira linha disponíveis, que já foram aprovados e conhecidos por serem úteis para o tratamento dessa síndrome de dor¹.

A agência de avaliação de tecnologias canadense, *Canada's Drug and Health Technology Agency* (CADTH), avaliou a efetividade clínica e diretrizes sobre o tratamento da **dor crônica com uso médico da cannabis**, e, com base numa revisão sistemática de diretrizes e quatro visões gerais, concluiu que há alguma sugestão de benefício com medicamentos à base de cannabis para dor neuropática, no entanto tais benefícios precisam ser ponderados em relação aos danos.

Em conclusão o CADTH ressalta que a maioria das diretrizes apresenta recomendações para dor neuropática crônica e relatam que medicamentos à base de cannabis podem ser considerados como uma opção de tratamento para pacientes com dor neuropática.

¹ BRUCKI, S.M.D. Canabinoides em Neurologia – Artigo de posicionamento dos Departamentos Científicos da Academia Brasileira de Neurologia. Arq Neuropsiquiatr 2021;79(4):354-369. Disponível em: < <https://www.gov.br/conitec/pt-br>>.
|Acesso em 01 jul 2025

O potencial de eventos adversos associados a medicamentos à base de cannabis precisa ser considerado e populações específicas de pacientes podem ser mais vulneráveis a tais efeitos².

Destaca-se que A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) **não avaliou** o uso de *canabinoides* para o tratamento da **dor crônica**³

No que tange à disponibilização no âmbito do SUS, cabe informar que os produtos pleiteados **não integram** nenhuma lista oficial de medicamentos (Componentes Básico, Estratégico e Especializado) dispensados através do SUS, **não cabendo seu fornecimento a nenhuma das esferas de gestão do SUS.**

Insta mencionar que os produtos **Neurogan Extrato Full Spectrum CBD + CBG 2000 mg, Neurogan CBD Balm Full Spectrum - 4000mg/58,6 g, Neurogan CBD Roll on Full Spectrum - 60,1mg/ml - 65,2g** configuram **produtos importados**, e, logo, **não apresentam registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ressalta-se que de acordo com a **RDC Nº 327, de 9 de dezembro de 2019**, a prescrição do produto de *Cannabis* com concentração de THC até 0,2%, deverá ser acompanhada da notificação de receita “B”. Conforme a autorização, o **Canabidiol** poderá ser prescrito quando estiverem esgotadas outras opções terapêuticas disponíveis no mercado brasileiro. **A indicação e a forma de uso dos produtos à base de Cannabis são de responsabilidade do médico assistente.**

Cumpra-se dizer que a ANVISA definiu critérios e procedimentos para a **importação de produto derivado de Cannabis**, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde através da Resolução RDC nº 660, de 30 de março de 2022⁴

No que tange à existência de políticas de saúde ofertadas pelo SUS para o caso em tela, o Ministério da Saúde publicou o **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da dor crônica** (Portaria Conjunta SAES/SAPS/SECTIS Nº 1, de 22 de agosto de 2024). Assim, no momento, para **tratamento da dor**, é preconizado uso dos seguintes medicamentos:

- ✓ Antidepressivos tricíclicos: Amitriptilina 25mg, Clomipramina 25mg; antiepilépticos tradicionais: Fenitoína 100mg, Fenobarbital 100mg e 40mg/ml, Carbamazepina 200mg e 20mg/ml e Ácido Valpróico 250mg, 500mg e 250mg/5ml; analgésicos: Paracetamol 200mg/ml e 500mg, Dipirona 500mg, Ibuprofeno 300mg e 50mg/ml; Inibidor seletivo da recaptação da serotonina (ISRS): Fluoxetina 20mg e citalopram 20 mg – disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias e no âmbito da Atenção Básica, conforme Relação Municipal de medicamentos essenciais (Remume 2024).
- ✓ **Gabapentina 300mg e 400mg**: disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro por meio do **Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)**. *GRUPO 2 - medicamentos sob responsabilidade das*

² CADTH. Medical Cannabis for the treatment of Chronic Pain: A Review of Clinical Effectiveness and Guidelines. Julho/2019. Disponível em: <

<https://www.cadth.ca/sites/default/files/pdf/htis/2019/RC1153%20Cannabis%20Chronic%20Pain%20Final.pdf>>. Acesso em: 01 jul 2025.

³ CONITEC. Tecnologias Demandadas. Disponível em: < <https://www.gov.br/conitec/pt-br>>. Acesso em: 01 jul (2025

⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 570, de 06 de outubro de 2021. Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 335, de 24 de janeiro de 2020, que, define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-570-de-6-de-outubro-de-2021-350923691>>. Acesso em: 01 jul 2025

Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal pelo financiamento, aquisição, programação, armazenamento, distribuição e dispensação para tratamento das doenças contempladas no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

Destaca-se, que no documento médico acostado (Num. 198103411 - Pág. 1) há relato de uso de “*medicamentos analgésicos, anti-inflamatórios, opioides e ansiolíticos*”, porém o mesmo foi faltoso em descrever os medicamentos já utilizados e em uso pelo Autor. Assim, **não há como este Núcleo afirmar que foram esgotadas todas as alternativas terapêuticas padronizadas no SUS**, para o tratamento do caso concreto do Suplicante.

Portanto, sugere-se que a médica assistente avalie a possibilidade de o Autor utilizar os medicamentos padronizados no SUS e preconizados pelo PCDT, em questão.

Em caso positivo de troca e perfazendo os critérios de inclusão do PCDT da **Dor Crônica**, para ter acesso aos medicamentos ofertados pelo SUS, através do CEAF, o Autor ou representante deverá solicitar cadastro no CEAF. E estando o Autor dentro dos critérios para dispensação, e ainda cumprindo o disposto nas Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelecem as normas de financiamento e de execução do CEAF no âmbito do SUS, o Requerente ou seu representante legal deverá **solicitar cadastro junto ao CEAF**, comparecendo à Rio Farnes – Rua Marechal Floriano, 586 A - Bairro 25 agosto, munida da seguinte documentação: Documentos pessoais – Original e Cópia de Documento de Identidade ou da Certidão de Nascimento, Cópia do CPF, Cópia do Cartão Nacional de Saúde/SUS e Cópia do comprovante de residência. Documentos médicos – Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos (LME), em 1 via, emitido há menos de 90 dias, Receita Médica em 2 vias, com a prescrição do medicamento feita pelo nome genérico do princípio ativo, emitida há menos de 90 dias. Nesse caso, o médico assistente deve observar que o laudo médico será substituído pelo Laudo de Solicitação, avaliação e autorização de medicamentos (LME), o qual deverá conter a descrição do quadro clínico do paciente, menção expressa do diagnóstico, tendo como referência os critérios de inclusão previstos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, bem como os exames exigidos no PCDT, quando for o caso.

Ademais, caso haja pertinência do uso de medicamentos padronizados no SUS e preconizados pelo referido PCDT, dispensados pela Atenção Básica, sugere-se que a Demandante se dirija à Unidade Básica de Saúde, mais próxima de sua residência, munida de documento de identificação original e receituário médico atualizado, para ter as informações pertinentes ao acesso aos fármacos.

É o parecer.

Encaminha-se à 6ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

CYNTHIA KANE
Médica
CRM RJ 5259719-5
ID. 3044995-2

MILENA BARCELOS DA SILVA
Farmacêutica
CRF- RJ 9714
ID. 4391185-4

FLÁVIO AFONSO BADARÓ
Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02